



FENCAÇA – Federação Portuguesa de Caça

Rua 25 de Abril, Lote 20 - Cave B
2100-126 Coruche
Portugal

Telef. 243 675 519
Fax 243 617 139
Email: sede@fencaca.pt

Assunto: *Votação por escrito do REGULAMENTO (UE) da Comissão Europeia relativo ao Regulamento REACH (Regulamento de Registro, Avaliação, Autorização e Restrição de Substâncias Químicas) que propõe restringir a utilização das munições de chumbo no ato venatório (tiro) em (dentro, ou em redor) de zonas húmidas*

A Federação Portuguesa de Caça, FENCAÇA, acaba de ser informada que, após a reunião do Comité REACH da União Europeia (UE) a 23 de junho de 2020, a Comissão Europeia (CE) deu indicações para que a Delegação Nacional de cada Estado-Membro no Comité REACH exerça o direito de voto, por escrito, da proposta legal da CE sobre a restrição de utilização de chumbo nas zonas húmidas.

Devido aos graves problemas de ordem prática e legal que a atual proposta da CE coloca, vem a FENCAÇA por este meio, e com base nos pontos elencados abaixo, recomendar a rejeição liminar da atual proposta através da **votação desfavorável** por escrito.

Proibição da posse / porte de munições de chumbo

Na atual redação da proposta, a CE propõe que “qualquer pessoa encontrada dentro, ou em redor, de zonas húmidas, que utilize munições de chumbo enquanto atirando com arma de caça ou outra, ou que transporte munições de chumbo enquanto se desloca em zona húmida, ou em seu redor”, tenha de demonstrar inequivocamente que “pretenderia atirar noutro local e que se deslocava através da zona húmida, ou área de pântano, para atirar noutro local”.

Esta proposta estabelece uma presunção legal que implica que os caçadores, se questionados por agentes de segurança quando se deslocam para zonas de caça, ou quando regressam de zonas de caça, tenham de demonstrar inequivocamente que o ato venatório será/foi exercido noutros locais que não em áreas húmidas. Contudo, a presunção de inocência, extremamente importante no Direito da UE e considerada uma expressão do Estado de Direito em todos os Estados-Membros, é violada na atual redação da proposta da CE que implica que a acusação seja incumbida do ónus da prova, tendo que demonstrar os elementos de uma infração. A base da justificação da CE está relacionada com uma conveniência administrativa para simplificar a aplicação do Regulamento. No entanto, essas considerações/justificações não devem, nem podem, interferir com os princípios fundamentais do Direito da UE, no qual vigora a presunção de inocência e o princípio da prova da inocência, pelo que esta proposta da CE reverte esse princípio e é ilegal.

MEMBRO DE:





FENCAÇA – Federação Portuguesa de Caça

Rua 25 de Abril, Lote 20 - Cave B
2100-126 Coruche
Portugal

Telef. 243 675 519
Fax 243 617 139
Email: sede@fencaca.pt

Definição de zonas húmidas e inclusão de zonas-tampão:

A CE propõe usar a definição completa de Ramsar para as zonas húmidas, que expande o âmbito da zona húmida para áreas extensas sem água visível, principalmente porque inclui 'áreas de turfa', incluindo todas as áreas de turfa, ou turfeiras, sem água visível. Essa definição é altamente ambígua para os caçadores e para as entidades fiscalizadoras na decisão do que são áreas turfeiras (que incluem muitas florestas), e nas quais a turfa e a água ocorrem ao nível superior do solo. Uma complexidade adicional é acrescentada pelo esclarecimento da CE de que uma área temporária de 1 m² de água, que surge, por exemplo, num campo seco depois de precipitação intensa, constitui uma 'zona húmida' sob esta definição. Este aspecto, combinado com zonas-tampão de 100 metros, criará uma confusão generalizada e significa que a definição de zonas húmidas passará a constituir um conceito difuso, com abrangência móvel, dependendo do clima, nomeadamente da ocorrência de precipitação. Estas noções são simplesmente absurdas, sem qualquer noção prática ou adesão à realidade, e farão com que os Estados-Membros invistam enormes recursos no treino de agentes de fiscalização e de caçadores tendo em vista o mapeamento e orientação sobre o que constitui um pântano ou uma zona húmida.

Do ponto de vista jurídico, esta abordagem é claramente contrária ao Direito da UE, porque não cumpre os requisitos do princípio da proteção jurídica, uma vez que não é suficientemente detalhada para uma aplicação prática. Mais particularmente, não oferece aos caçadores uma compreensão clara e precisa dos seus direitos e obrigações, nem permite que os tribunais nacionais garantam que esses direitos e obrigações serão observados. Assim, serão muitos os casos em que caçadores, fiscais e agentes da execução da lei, não saberão se estão dentro ou fora do âmbito pretendido da restrição.

Período de transição

Sem qualquer justificação socioeconómica, necessária ao abrigo do Regulamento REACH, vem a CE propor alterações substanciais, preconizando um período de transição muito inferior (24 meses) em comparação com a proposta da ECHA (36 meses). O período de transição deve durar, pelo menos, 36 meses após a análise socioeconómica da ECHA e 60 meses para os países que não possuem quaisquer restrições em vigor (Irlanda, Eslovénia, Malta, Polónia, Roménia).

Nenhuma isenção para uso policial e militar

Não há referência, explícita ou não, de que o uso de munições de chumbo por agentes policiais e militares esteja fora do âmbito desta proposta da CE. Esta clarificação deve ser tratada na proposta, caso contrário, os problemas deverão ser resolvidos pelos Estados-Membros na implementação do regulamento.

MEMBRO DE:





FENCAÇA – Federação Portuguesa de Caça

Rua 25 de Abril, Lote 20 - Cave B
2100-126 Coruche
Portugal

Telef. 243 675 519
Fax 243 617 139
Email: sede@fencaca.pt

Aplicabilidade do REACH aos caçadores

Não é claro se o regulamento REACH, originalmente destinado ao setor industrial, poderá ser legalmente aplicável aos caçadores (como 'consumidores'). O REACH nunca foi aplicado anteriormente neste contexto e, portanto, a ser aprovada esta proposta, o âmbito deste Regulamento expandir-se-á muito além das suas atribuições e âmbito originais.

Face às limitações, omissões, incongruências e violações do Direito preconizadas na atual redação da proposta da CE, que aporta ambiguidade na definição de zona húmida; que coloca em causa a segurança jurídica; que inverte o ónus da prova; e que aplica o Regulamento REACH ao uso dos consumidores, revertendo a sua atribuição original, vem pois a FENCAÇA solicitar que o voto de Portugal, enquanto Estado-Membro, da referida proposta na sua atual redação seja de **rejeição liminar**.

Com os melhores cumprimentos,

Presidente da FENCAÇA

Jacinto Amaro Nunes Pinto

MEMBRO DE:

